

## ESCOLA DAS ÁGUAS: UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PENSADA E CONSTRUÍDA PELAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS DO ESTADO DA BAHIA

EIXO 01: Formação do Educador do Campo, Escola e Organização do Trabalho  
Pedagógico

Edielso Barbosa dos Santos (Escola das Águas/MPP/UFBA)<sup>1</sup>

Merivaldo Menezes de Salles (Escola das Águas/MPP/UFBA)<sup>2</sup>

Maurício Sacramento Santos (Escola das Águas/MPP/UFRB)<sup>3</sup>

Kássia Aguiar Norberto Rios (UFRB)<sup>4</sup>

Táise dos Santos Alves (UFPE)<sup>5</sup>

**RESUMO:** A Escola das Águas consiste numa proposta de educação pensada e construída pelas comunidades tradicionais do estado da Bahia. É um projeto que tem origem nos sonhos e desejos de Dona Maria do Paraguaçu, uma mulher negra, quilombola, militante do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) que tinha dificuldades na escrita, mas possuía um saber e ampla “leitura de mundo”. Ela via a necessidade das comunidades tradicionais pesqueiras e quilombolas em adotar uma escola que se adequasse aos modos de vida, aos horários das marés e à ida para as roças e para, além disso, através do MPP constituísse num espaço de discussão e fortalecimento da luta das comunidades. É desse breve contexto que surge o desejo da escrita desse artigo, cujo

<sup>1</sup> Discente do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Ex- aluno e colaborador da Escola das Águas. Militante do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP).

<sup>2</sup> Discente do Curso de Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Ex- aluno e colaborador da Escola das Águas. Militante do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP).

<sup>3</sup> Discente do Curso de Educação Física da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Ex- aluno e colaborador da Escola das Águas. Militante do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP).

<sup>4</sup> Professora Adjunta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Coordenadora do Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Comunidades e Territórios Tradicionais/ LIECTT (UFRB/CETENS/CNPq). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa GeografAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural (UFBA/POSGEO/CNPq). Colaboradora da Escola das Águas.

<sup>5</sup> Professora da Rede Estadual de Educação Básica do Estado da Bahia. Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisadora Laboratório sobre estudos e pesquisas sobre espaço agrário e Campesinato (UFPE/CNPq). Pesquisadora do Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Comunidades e Territórios Tradicionais/ LIECTT (UFRB/CETENS/CNPq). Membro do Grupo de Pesquisa GeografAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural (UFBA/POSGEO/CNPq). Colaboradora da Escola das Águas.

objetivo consiste em explicitar o contexto de criação da Escola das Águas, suas perspectivas, metodologias, princípios, desafios e principais resultados alcançados no decorrer dos últimos sete anos. Para tal, recorreremos, metodologicamente, à pesquisa bibliográfica, documental e, principalmente, à pesquisa de campo, em que os depoimentos da coordenação, estudantes e integrantes das comunidades envolvidas foram a base para articulação e sistematização das ideias aqui apresentadas.

**Palavras-chave:** Comunidades Tradicionais Pesqueiras. Educação. Escola das Águas. Território Pesqueiro.

## INTRODUÇÃO

No Brasil, existem, atualmente, cerca de 6 milhões de pessoas que compõem as inúmeras comunidades tradicionais que se encontram espalhadas pelo país, a saber: indígenas, quilombolas, fundo e fecho de pasto, caiçaras, extrativistas, pescadores e/ou ribeirinhos (CPT, 2014). De acordo com a Constituição Federal de 1988, os povos e comunidades tradicionais são “grupos que possuem culturas diferentes da cultura predominante na sociedade e se reconhecem como tal” (BRASIL, 1988).

Para Diegues (2000), “um dos critérios mais importantes para definição de culturas ou populações tradicionais, além do modo de vida, é, sem dúvida, o reconhecer-se como pertencente àquele grupo social particular (DIEGUES, 2000, p. 84). Cabe destacar que o modo de vida é compreendido, aqui, como a maneira a qual essas comunidades se reproduzem economicamente, socialmente e culturalmente. A cultura desenvolvida por essas comunidades “se distingue daquelas associadas ao modo de produção capitalista em que não só a força de trabalho, como a própria natureza se transforma em objeto de compra e venda (mercadoria). Nesse sentido, a concepção e representação do mundo natural e seus recursos são essencialmente diferentes” (DIEGUES, 2000, p. 21).

Os povos e comunidades tradicionais possuem características comuns que lhes atribuem o conceito de tradicional, mesmo que tais características não sejam

idênticas. Para Little (2002, p.23), pensar os povos tradicionais pressupõe a existência de fatores como a “existência de regime de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis que refletem pontos comuns de diversos povos e contribuem para a conceituação de populações tradicionais”. São grupos que “guardam entre si uma história em comum, uma forma própria de viver e se relacionar com a natureza, [...] tradições, [...] crenças que os distinguem dos demais membros de outros grupos humanos” (MPP, 2014, p.7).

A relação com a natureza, a forma com que praticam suas atividades produtivas, o conhecimento sobre os espaços apropriados – território –, a liberdade, a propriedade dos meios de produção, dentre outras características, asseguram modo de vida tradicional dessas comunidades, a exemplo das comunidades tradicionais pesqueiras. Os pescadores artesanais integram as denominadas “sociedades tradicionais”, que são construídas por “grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizadas tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente” (DIEGUES, 2000, p. 58).

No estado da Bahia, de acordo com a última estatística pesqueira, publicada pelo extinto MPA, existem cerca de 130.641 mil pescadores(as) cadastrados(as) no Registro Geral da Pesca (RGP) (MPA, 2015). A Bahia ocupa, atualmente, o terceiro lugar na classificação geral dos estados com o maior quantitativo de pescadores cadastrados no RGP e o segundo da Região Nordeste, equivalendo a mais de 12% do total cadastrado no Brasil (MPA, 2015).

Considerada a principal atividade econômica de mais de 600 comunidades tradicionais que se encontram espalhadas no litoral e ao longo dos rios do estado, a prática da pesca artesanal é compreendida para além de uma profissão, os pescadores constroem verdadeiros laços de identidade, pertencimento, respeito e conhecimento dos espaços historicamente ocupados. “Ser pescador artesanal é torna-se portador de um conhecimento e de um patrimônio sociocultural, que lhe permite conduzir-se ao saber o que vai fazer nos caminhos e segredos das águas, e

amparar seus atos em uma complexa cadeia de inter-relações ambientais típicas dos recursos naturais aquáticos” (RAMALHO, 2006, p. 52).

A pesca artesanal representa uma arte, que possibilita historicamente a reprodução social de centenas de famílias. Ser pescador artesanal não se restringe a uma profissão, há nessa prática a construção de inúmeros laços de identidade, pertencimento e, principalmente, respeito, pelos diversos espaços historicamente apropriados. Daí a necessidade de pensarmos o território pesqueiro na sua múltipla espacialidade e funcionalidade, no qual os espaços marítimos e terrestres representam a base histórica da sustentação e reprodução social, econômica e cultural dessas comunidades.

Esse cenário está diretamente relacionado a um contexto mais amplo de negações de direitos que envolve os(as) pescadores(as) artesanais em todas as esferas das políticas públicas e, dentre elas, a educação, ganhando assim um destaque significativo. Sobretudo, é importante trazer alguns dados sobre as comunidades tradicionais pesqueiras na Bahia e no Brasil, para dimensionar a questão educativa destinada aos pescadores(as) artesanais.

Ao analisarmos algumas informações estatísticas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) vinculadas ao Ministério da Educação (MEC) sobre a educação/escola do ano de 2016, em municípios caracterizados pela presença de comunidades tradicionais, observamos, além da ausência e/ou precariedade de espaços escolares nas comunidades, um significativo número de evasão e reprovação. Ao dialogarmos com as comunidades sobre esses dados, as respostas são incisivas, a destacar: i) Não há escola na comunidade; a mais próxima fica a quilômetros de distância e não há transporte com frequência; ii) as poucas escolas existentes encontram-se em situação precária e muitas estão fechando; iii) os alunos reclamam que, na escola, são objetos de piadas e brincadeiras inadequadas por parte de colegas e professores; iv) não há como trabalhar e estudar; o horário da maré, da roça, do manguezal não permite estudar no modelo de escola formal.

Este cenário também é confirmado quando observamos os dados de população alfabetizada e não-alfabetizada do Censo Demográfico do IBGE, cujo

resultado aponta altos índices de baixa escolaridade dentro das comunidades tradicionais e, na distribuição de unidades escolares por localidade nos municípios.

Nessa perspectiva, a fim de explicitar o contexto de criação da Escola das Águas, suas perspectivas, metodologias, princípios, desafios e êxitos ao longo dos últimos sete anos, este artigo se organiza em duas seções principais: a seção intitulada *Os de ontem e os de hoje: história da escola das águas*, em que é traçado um caminho histórico que se inicia no desejo de Dona Maria do Paraguaçu, até chegar à criação da Escola das Águas e suas intervenções nas comunidades pesqueiras; e a seção seguinte, *Educação das águas: ações formativas e pedagógicas*, em que são apresentadas as concepções pedagógicas e curricular em torno da Escola das Águas, além de evidenciar como ocorre seu trabalho pedagógico. Na sequência, *para não concluir* uma discussão que extrapola os limites do presente artigo, é retomada a importância da proposta da Escola das Águas, através da sua educação das águas, ratificando a necessidade do diálogo entre a realidade vivenciada pelos(as) pescadores(as) artesanais e o seu trabalho.

## **NOS CAMINHOS DAS ÁGUAS: ALGUNS MOMENTOS DE NOSSA TRAJETÓRIA**

A Escola das Águas é um projeto que tem origem nos sonhos e desejos de Dona Maria do Paraguaçu, uma mulher negra, quilombola, militante do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), tinha dificuldades na escrita, mas, possuía um saber e uma ampla “leitura de mundo”. Ela via a necessidade das comunidades tradicionais pesqueiras e quilombolas, em adotar uma escola que se adequasse aos modos de vida, aos horários das marés e da ida para as roças, além do intuito de fortalecer a luta dentro das comunidades pesqueiras e do próprio MPP, preparando os(as) filhos(as) de pescadores e pescadoras, com os saberes acadêmico, mas sem os distanciar das (nossas) raízes das comunidades, fazendo assim um processo de resistência.

Alguns anos antes do projeto sair do papel, dona Maria “tomba na luta” devido aos constantes conflitos - ataques envolvendo a imprensa (rede globo) e

fazendeiros - que oprimiam a comunidade quilombola São Francisco do Paraguaçu em todas as formas, desde a cooptação das lideranças a violências físicas e psicológicas. Dona Maria foi uma guerreira, mulher forte, que ajudou e ainda ajuda as comunidades pesqueiras, mesmo não estando fisicamente entre nós. O seu corpo morreu, mas os seus ideais e, mais ainda, tudo o que acreditava continua vivo. Com isso, o MPP tem continuado a luta de Dona Maria, levando seu legado através da Escola das Águas.

Dona Maria é lembrada como uma mulher que representa resistência e conhecimento pelo MPP, ou seja,

Através do sonho Dona Maria nós pudemos realizar muitas conquistas, entre elas a articulação da juventude pesqueira, e agora um grande avanço, a conquista da Universidade, que até então, era um sonho distante, para muitos inalcançável (*Thico Menezes*, aluno da Escola das Águas, Militante do MPP, Liderança da Comunidade de Acupe, Santo Amaro - Ba).

A partir de 2011, algumas lideranças das comunidades e do MPP decidem colocar a ideia de Dona Maria em prática e convidam, então, os(as) filhos(as) dos(as) pescadores(as) de diversas regiões da Bahia (definidas pelo governo do estado da Bahia como Territórios de Identidade), como, São Francisco, Extremo Sul, Baixo Sul, Baía de Todos os Santos e Recôncavo. Eram, aproximadamente, 40 pessoas de todas as idades, de ambos os sexos e gêneros de diferentes religiões.

A Escola funcionaria em regime de alternância, ou seja, no período entre 10 a 12 dias por mês, “confinados” em uma casa localizada no bairro da Ribeira, na cidade do Salvador (Ba). Essa casa, ganhou carinhosamente o nome de “Casa das Águas”, e os outros dias as pessoas passariam nas comunidades, colocando em prática os aprendizados durante o período de “confinamento”. A proposta da Escola era permitir a conclusão do ensino médio a quem precisava, além da formação técnica e política para todos e todas, sem exceção. “É importe dizer que houve uma boa aceitação dos pescadores e pescadoras pelas casa das aguas por está localizada na cidade baixa, território pesqueiro urbano de Salvador onde se

manifesta a ancestralidade dos manguezais e das águas (uma casa de frente para o mar)” (Depoimento da Coordenação da Escola, obtido por meio da Pesquisa de Campo, 2018).

Para os(as) estudantes, participar da Escola das Águas já se configura como um engajamento na luta, então, acreditaram no Projeto e a ida à Escola potencializa o que já sabem, com o objetivo de adquirir mais conhecimentos para resistir aos embates e conflitos nas comunidades pesqueiras.

Um dos diferenciais da Escola, é o respeito ao tempo das marés, o que as escolas convencionais não têm e, por isso vários(as) pescadores(as) e seus filhos abandonam a escola “formal” e não conseguem concluir o ensino médio por irem pescar, mariscar e fazer outras atividades ligadas à agricultura, para sustentar a família. Outro diferencial da Escola das Águas consiste no fato de que,

Ao mesmo tempo que estávamos confinados em aulas, éramos solicitados para participar de atividades quando precisava, então era meio que teoria e prática imediata e era isso que nos fortalecia e nos formava ainda mais enquanto militantes (*Maurício Sacramento*, Aluno da Escola das Águas, Militante do MPP e, atualmente, Estudante do Curso de Educação Física da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB).

Sobre essas atividades destaca-se a ida a órgãos públicos, reuniões com pesquisadores de diversas Instituições, ocupações, manifestações, passeatas, eventos acadêmicos, feiras, etc.

Com isso, a Escola das Águas aparece como um elemento propulsor na luta dos(as) pescadores(as) artesanais e, efetivamente, está acontecendo o desejo de Dona Maria, a formação educativa e, principalmente, formação política. Nota-se a autonomia em muitos âmbitos e ações, como participação em reuniões com órgãos públicos para colocar as pautas do MPP, reuniões com empresas devido a conflitos e impactos causadas pelas mesmas e o fortalecimento das bases. A escola é “um sonho” realizado, Dona Maria também queria que os seus (pescadores(as) e quilombolas das comunidades pesqueiras) adentrassem os espaços acadêmicos e os ocupassem para adquirir a ciência das letras e com isso

retornar às suas bases, as comunidades, para disseminar o conhecimento adquirido nos espaços acadêmicos.

Antes de passar pelas formações proporcionadas pela escola, as lideranças do movimento não se sentiam seguras para participar de reuniões em órgãos, diálogos ou processos de incidência sem a presença da assessoria, hoje, o movimento está mais autônomo e já faz articulações e incidências com suas próprias pernas, mesmo compreendendo a importância estratégica de algumas parcerias (Depoimento da Coordenação da Escola, obtido por meio da Pesquisa de Campo, 2018).

A partir de 2016, começam a acontecer outros avanços: nesses três/quatro anos de existência da Escola, os estudantes conseguem ingressar no ensino superior, em 2017, 14 estudantes nas universidades públicas da Bahia, fruto dessa mobilização e “educação das águas” e, recentemente, em 2018, ingressaram mais quatro estudantes, todos e todas carregam a ideia e o sonho de Dona Maria do Paraguaçu.

As primeiras turmas da Escola das Águas levaram os nomes de “Dona Maria do Paraguaçu” e “Seu Altino da Cruz”. Ambos eram grandes companheiros de luta e eram extremamente ligados. Seu Altino, morreu alguns meses depois após Dona Maria. Os dois lutavam pelos mesmos ideais, que são os mesmos, “de todos e todas nós alunos da Escola das águas, Dona Maria vive, e o sonho dela também, então não deixaremos morrer nunca, seu Altino da Cruz presente, presente, Dona Maria do Paraguaçu presente, presente!” (*Mauricio Sacramento*).

## **UMA EDUCAÇÃO DAS/PELAS ÁGUAS: A CONSTRUÇÃO DE NOVAS AÇÕES FORMATIVAS E PEDAGÓGICAS**

Para Santos (2015), a partir das ideias de Saviani (2005), a escola (pública) concebida para a classe trabalhadora não dá conta de “propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o



próprio acesso aos rudimentos desse saber” (SAVIANI, 2005, p. 15). Santos (2015) evidencia que, os rudimentos (mencionados por Saviani) dizem respeito ao saber ler e escrever, a ler o espaço e a conhecer a linguagem dos números, das letras, da natureza e da sociedade. Assim, Santos (2015) indaga: qual seria a melhor forma de manter a classe trabalhadora conformada e pacífica? Negando-lhe o conhecimento produzido pela própria humanidade, negando-lhe uma escola que mexa com as suas funções psíquicas. Isso os impede de entender as bases estruturais que conduziram o processo real da sociedade.

Essas questões explicam a fragilidade do ensino escolar público, o qual não tem interesse de trazer à tona a explicação das questões sociais tão latentes que se expressam no cotidiano da sociedade, como a fome, a estrutura fundiária, a questão da escravidão, a expropriação das terras indígenas e o projeto colonizador, dentre outras (SANTOS, 2015).

Por outro lado, outros segmentos que lutam por uma educação problematizada, a partir da realidade cotidiana e do contexto dos sujeitos (educação popular, educação libertária, educação do campo, por exemplo) seguem na contramão do que é proposto pela escola pública e suas bases formais do processo de ensino-aprendizagem e abordagem curricular - advindos dos interesses pontuado por Santos (2015). O objetivo aqui, não é tecer discussões sobre esse processo de maneira mais profunda, mas (re)afirmar que essas “faltas” fazem com que outros sujeitos, grupos, movimentos sociais, organizações, pastorais e demais segmentos caminhem por uma educação que contemple as demandas e necessidades das classes trabalhadora de maneira mais expressiva, como é o caso da Escola das Águas.

Dentre este cenário, a Escola das Águas possui um quadro pedagógico/formativo ainda em construção, mas que tem se configurado como uma “educação das águas”, pois, sua dimensão perpassa por três eixos principais: pesca artesanal, território pesqueiro e trabalho.

É importante destacar que se trata de um processo de formação específico para a população das águas e depois de amplas reflexões do Movimento, elenca-se que a água deve ser o elemento fundamental e articulador de todo o currículo.

Por outro lado, a Escola transita pelas bases da educação formal, pois seu objetivo principal é a alfabetização dos pescadores(as) e isso requer a necessidade de dialogar com as bases formais do ensino. Nesse sentido, a Escola das Águas e o MPP têm deixado explícito que é preciso dialogar com a realidade vivenciada pelos(as) pescadores(as) nos seus territórios, dando subsídios à formação política dos(das) pescadores(as) para agregar as lutas e demandas do Movimento, por isso, os(as) professores(as), colaboradores(as), parceiros(as) e outros sujeitos que fazem a Escola acontecer, precisam “conversar” com os eixos principais elencados.

Outra dimensão que é importante frisar neste debate, é o trabalho feito na água e na terra pelos(as) pescadores(as) artesanais, pois a Escola entende as especificidades dos tempos, tanto das marés, quanto da alternância (da terra). Sendo que, parte dos(as) pescadores(as) trabalha todos os dias nas águas e/ou mangue. Este se torna um dos principais desafios da Escola das Águas, pois os pescadores(as) artesanais possuem a dimensão do trabalho na água, no mangue e na terra, o que configura uma educação do campo e das águas ao mesmo tempo.

Desse modo, a Escola das Águas adere, a princípio (como foi evidenciado no histórico), à estrutura formativa proposta nas bases da Educação do Campo: (I) A Pedagogia da Alternância. Segundo Pinto (2014), a mesma foi criada a partir da necessidade de uma educação contextualizada com o meio rural, promovendo a inter-relação entre trabalho-educação-vida. Ideia esta que se estrutura, metodologicamente, na alternância de tempos de estudo e de trabalho. A proposta articula Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC), assim, após o período de internato escolar o estudante retorna à comunidade onde mora, para realizar práticas e vivenciar aprendizados familiares e comunitários.

Um dos instrumentos propostos pela metodologia da pedagogia da alternância, é o (II) Plano de Estudo (PE). O mesmo é elaborado a partir de um diagnóstico participativo, que integra a comunidade no levantamento de temas norteadores que deverão ser trabalhados ao longo do ano letivo, sendo estes diferentes conforme o ano escolar, pois constitui um Plano de Formação. São exemplos dessas temáticas: família, casa, minha comunidade, animais de pequeno porte, organizações sociais, entre outros. Este processo de definição das temáticas

a serem estudadas proporciona que os sujeitos do campo construam e interajam com as atividades escolares (PINTO, 2014).

Outra metodologia importante, que nasce no seio das experiências formativas dos movimentos sociais (a exemplo das Escolas Famílias Agrícolas e Escolas em Assentamentos Rurais do Movimento Sem Terra - MST) é a (III) leitura da realidade como base da produção do conhecimento. O MST destaca que esse é um dos princípios mais populares da educação para a população do campo e evidencia ainda que as questões da realidade têm levado à construção do conhecimento porque são os que geram as necessidades de aprender. O Movimento reconhece que um ensino centrado apenas em conteúdos estanques “nunca vai levar ao conhecimento. Foi desta reflexão que surgiu o chamado *método de ensino através de temas geradores* que são extraídas da realidade” (MST, p. 1996, p. 14).

**Figura 1 - Organização do trabalho pedagógico da Escola das Águas.**



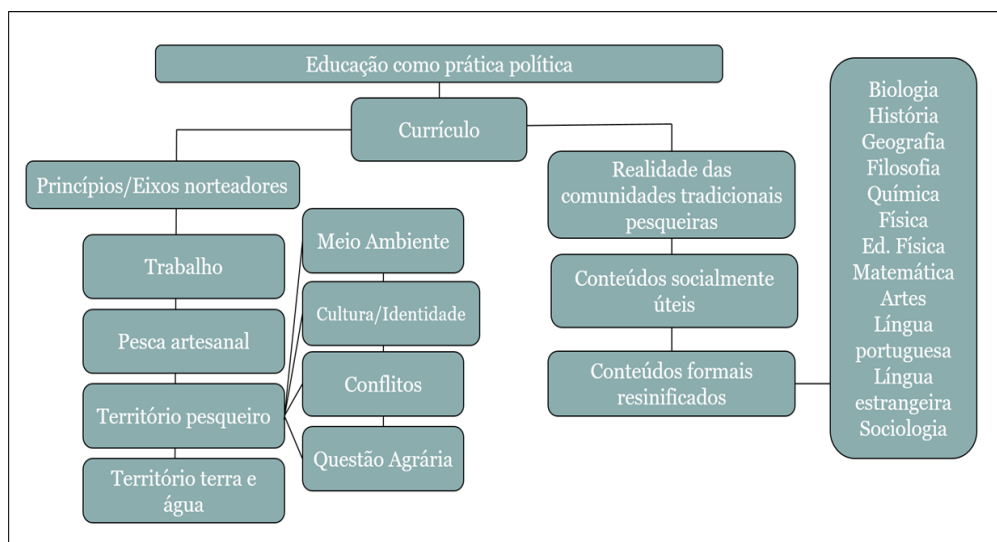
Fonte: MPP, 2015;  
2017.

A Escola das Águas também parte do princípio da realidade para atingir seu objetivo, o qual é calcado em desenvolver uma,

[...] Educação crítica/reflexiva para indivíduos oriundos das comunidades tradicionais pesqueiras do estado da Bahia, com a finalidade de superar a baixa escolaridade, tendo como referência uma pedagogia que dialogue com os saberes tradicionalmente construídos e os modos de vidas destas comunidades, contribuindo assim para o fortalecimento do Movimento de Pescadores(as) em defesa dos territórios pesqueiros (MPP, p. 19, 2017).

A Escola das Águas vem provocando um currículo, que ousamos chamar de “educação das águas”, pois o mesmo se encontra em construção. Configura-se como um currículo oculto, por isso requer construir um amplo debate entre a Escola das Águas e pensadores da educação uma vez que é necessário um aprofundamento teórico-metodológico, visto a especificidade entre educação do campo e educação das águas. Uma educação não nega a outra, ambas se complementam, mas, por outro lado, estamos vivenciando, na prática e no cotidiano das comunidades pesqueiras e do próprio trabalho pedagógico da Escola das Águas, que a literatura da educação do campo, não contempla especificidades do tempo das águas, das marés, do trabalho dos pescadores(as) nos territórios pesqueiros. E isso merece um amplo debate. Sobretudo, mesmo diante dessa limitação, vem se delineando o currículo da Escola das Águas da seguinte forma,

**Figura 2 - Currículo oculto da Escola das Águas**



Fonte: MPP, 2015; 2017.

Elaboração: autores, 2018.

Um ponto que merece, também, algumas notas é a ausência de uma legislação/diretrizes dessa educação voltada aos pescadores(as) artesanais. Mesmo não tendo essa dimensão, a Escola das Águas se correlaciona nas especificidades da Educação Quilombola. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola remetem algumas considerações que permitem essas correlações, quando destaca alguns pontos,

(I) Ao se analisar a realidade educacional dos quilombolas, observa-se que só o fato de uma instituição escolar estar localizada em uma comunidade remanescente de quilombos ou atender a crianças, adolescentes, jovens e adultos residentes nesses territórios não assegura que o ensino por ela ministrado, seu currículo e Projeto Político-Pedagógico dialoguem com a realidade quilombola local nem tampouco que tenha conhecimento dos avanços e dos desafios da luta antirracista e dos povos quilombolas no Brasil;

(II) É preciso também reconhecer que estudantes quilombolas, principalmente aqueles que estudam nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, frequentam escolas públicas e privadas fora das suas comunidades de origem. Nesse sentido, a Educação Escolar Quilombola possui abrangência maior. Além de focalizar a realidade de escolas enraizadas em territórios quilombolas e no seu entorno, ela se preocupa com a inserção dos conhecimentos sobre a realidade dos quilombos no Brasil em todas as escolas da Educação Básica;

(III) é possível encontrar também escolas que, localizadas ou não nesse contexto, desconsideram a realidade da população atendida, discriminam os estudantes quilombolas que estão no seu interior, sua expressão cultural, sua linguagem, seu pertencimento étnico-racial, seu modo de vestir, comportamento, etc. Desconhecem, discriminam e desconsideram ainda pais, mães e responsáveis dos estudantes quilombolas e suas tradições, bem como o histórico das lutas quilombolas do passado e do presente;

(IV) Tais diretrizes curriculares orientam os sistemas de ensino, as Universidades e as escolas de Educação Básica a desenvolver propostas pedagógicas em sintonia com a dinâmica local, regional e nacional da questão quilombola no Brasil. Ao dialogar com a legislação educacional geral e produzir uma normatização específica para as realidades quilombolas, o CNE orienta Estados e municípios na construção das próprias diretrizes curriculares em consonância com a nacional e que atendam à história, à vivência, à cultura, às tradições, à inserção no mundo do trabalho próprios dos quilombos

da atualidade, os quais se encontram representados nas diferentes regiões do país. (BRASIL, p. 27-29, 2011).

Esses pontos permitem perceber que as orientações das Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica, a Educação Escolar Quilombola, devam seguir os eixos orientadores gerais da educação brasileira e também se referenciar nos valores das comunidades quilombolas, como a cultura, as tradições, o mundo do trabalho, a terra, a territorialidade, a oralidade e a memória, ou seja, dialoga nas mesmas vertentes dos princípios/eixos norteadores do trabalho pedagógico da Escola das Águas, mas, por outro lado, a especificidade da água não é contemplada. Nesse sentido, a Escola das Águas se destaca e se diferencia das educações do campo e quilombola. Nessa perspectiva, a Escola das Águas tem potencializado debates significativos advindos dessas especificidades; sua “educação das águas” tem gerado debates dentro das universidades, das quais os(as) estudantes fazem parte atualmente e, mais do que isso, tem destacado a importância deste contexto e conjuntura nas escolas da educação básica das comunidades pesqueiras atendidas. É possível afirmar que, a Escola das Águas tem provocado mudanças e transformado a realidade destes sujeitos e de suas comunidades ao longo destes quase sete anos de existência, uma vez que,

Tem sido bastante importante para o fortalecimento da juventude pesqueira e Quilombola para fazer a defesa de seus direitos e suas vidas que é o território tradicional, toda sua biodiversidade que está sendo atacada pelo os grandes empreendimentos. A Escola das Águas tem feito uma formação para um fortalecimento da identidade das comunidades e também fazendo com que entenda sobre seus direitos garantidos por lei, essa contribuição para os militantes do Movimento tem sido muito importante para o enfrentamento com as empresas, sabendo de seus direitos. A Escola também tem feito formações para sermos menos machistas, nos chamado atenção para divisão de tarefas e outros comportamentos machistas (*Edielso Barbosa*, aluno da Escola das Águas, Militante do MPP, Liderança da Comunidade Guai, Maragogipe - Ba).

A Escola das Águas propõe uma educação “que abala as estruturas” propostas pela educação formal, já que “caminha” para a abertura da fala, dá voz à população pesqueira, negra, mulheres e homens, quilombolas, sujeitos historicamente silenciados na sociedade brasileira. Djmila Ribeiro (2017), ao refletir sobre o lugar de fala, nos questiona o porquê existe o silenciamento de outras vozes em determinados espaços? Em um país machista e racista, qual o sujeito autorizado a fala? Por outro lado, quando há abertura da fala para os sujeitos historicamente autorizados a proferirem as palavras, se incomodam. Ações educativas, desta natureza, potencializa as falas dos silenciados e “abala as estruturas” dos lugares em que são produzidas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Luckesi (2001) afirma que a educação tem força. E tem força de redimir a sociedade. Ao investir seus esforços nas gerações novas, formando suas mentes e dirigindo suas ações a partir dos ensinamentos, estará sendo adaptadas ao ideal de sociedade através da educação. Nota-se que essa força é reconhecida pelos movimentos sociais. Cada seguimento potencializa suas bases através das práticas educativas (desde a educação infantil), investindo em suas escolas, pautando em um currículo que dialogue com as suas realidades por meio de seus cotidianos praticados e, principalmente, suas pautas e bandeiras de lutas, por entenderem que isso é um legado na formação dos sujeitos conscientes, desde suas potencialidades, defensores de suas culturas, suas identidades de seus territórios, as suas cosmologias e produções.

Assim, a proposta da Escola das Águas, através da sua “educação das águas”, afirma a necessidade do diálogo entre a realidade vivenciada pelos pescadores(as) artesanais em seus territórios e, principalmente, com o seu trabalho. Isso é processo educativo, pois as linguagens do mar possibilitam logo cedo a construção de entendimentos humanos acerca da natureza marinha e das forças para lidarem com as águas e compreenderem os tipos de ventos e os movimentos das marés, explicitando habilidade pesqueiras para ouvir e sentir essas mudanças.

Esse diálogo tende a participação de todos e todas envolvidos(as), buscando estimular a autonomia dos(as) estudantes, a solidariedade, o respeito aos mais velhos, aos mestres do mar e, de modo específico, aos saberes dos territórios pesqueiros. E, além disso, propõe uma educação participativa e cidadã, que busca intervir na sociedade de modo colaborativo e respeitando as diversidades dos(as) pescadores(as) artesanais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Diário Oficial, Brasília, DF, 07 fev. 2007.

BRASIL. **Diretrizes da Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**, Brasília, DF, 2016.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo – Brasil**, 2013. CPT Nacional – Brasil, 2014. 198 p.

DIEGUES, A . C. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, NUPAUB, USP, 2000.



LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil. In: OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. (Orgs.) **Anuário Antropológico/2002-2003**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 2004. p. 251-290.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

MPA. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Dados do Registro Geral da Pesca – Pescadores, Embarcações, Colônias, Associações, Sindicatos e Cooperativas**. MPA, 2015.

MPP. Movimentos dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. **Cartilha - Projeto de Lei de Iniciativa Popular Sobre o Território Pesqueiro**. MPP, 2014.

MPP. Movimentos dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. **Projeto Político Pedagógico – Escola das Águas**. MPP, 2017.

MPP. Movimentos dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. **Projeto Político Pedagógico – Escola das Águas**. MPP, 2015.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Princípios da Educação no MST**. MST, 1996.

PINTO, M. P. A. **A questão agrária e a Escola Família Agrícola de Riacho de Santana – Ba**. Dissertação de Mestrado. 254f. Universidade Federal da Bahia, 2014.

RAMALHO, C. W. N.. **Ah, esse povo do mar!**: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Polis. Campinas, SP: Ceres, 2006.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento Justificando, 2017

SANTOS, J. Bispo dos. **Questão agrária, educação do campo e formação de professores**: territórios em disputa. Tese de Doutorado. 252f. Universidade Federal da Bahia, 2015.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica.  
In: SAVIANI, D.; DUARTE, N. **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na  
educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2012. p. 13-35.